

PARA USO DOS CORREIOS	
☐ Mudou-se	☐ Falecido
☐ Desconhecido	☐ Ausente
☐ Recusado	☐ Não Procurado
☐ Não existe o número indicado	
☐ Informação escrita pelo porteiro ou síndico	
Reintegrado no serviço postal em ____/____/____	
Em, ____/____/____	
Responsável	

MUDOU O PREFEITO E NÓS DEVEMOS MUDAR TAMBÉM:

CADA SERVIDOR TEM QUE PARTICIPAR MAIS



Os próximos 4 anos exigirão maior nível de participação de cada trabalhador da PMS nas lutas pela manutenção de direitos e por novas conquistas.

Independente dos partidos ou grupos políticos no poder, historicamente os trabalhadores só foram valorizados e respeitados quando conseguiram fortalecer a consciência política e a luta coletiva.

O exemplo disso na nossa categoria foi nossa luta contra o Plano de Carreira da Getúlio Vargas e pelo atual PCCV, ainda que este não seja o melhor Plano de Carreira do mundo.

Foi assim que obtivemos reajustes salariais quando na maioria dos municípios brasileiros não se conquistava sequer reposição da inflação. Foi assim que conseguimos impedir verdadeiros ataques a direitos ad-



quiridos, especialmente na área da educação. Foi também com participação e organização que barramos o sucateamento da Capep com a campanha Fora Mota, que gerou a substituição do superintendente da autarquia e a finalização do contrato lesivo feito entre Mota e uma empresa de administração de planos de saúde.

Todas essas lutas foram travadas diante de um governo municipal que contava com o apoio da maioria dos vereadores. É claro que não existe prefeito que tenha minoria na câmara e o gestor eleito já garantiu, desde o dia 7 de outubro, ampla maioria. Inclusive seis dos vereadores eleitos são do PSDB, o partido de Paulo Alexandre.

Além disso, o número de vereadores aumentou para 21 e, como decorrência, a força do Prefeito na



Câmara será proporcionalmente muito maior do que antes. Isso significa que o conjunto dos servidores terá que ter maior capacidade de mobilização.

Outro fato a ser considerado por nossa categoria é que a Câmara conta com 11 vereadores novos (mais da metade), para os quais os trabalhadores da PMS e suas lutas são assuntos desconhecidos.

Para resumir a ópera, é necessário dizer claramente que os próximos 4 anos nos reservam uma jornada cheia de obstáculos. Para seguirmos adiante só há uma atitude a ser tomada: arregaçar as mangas e participar da luta coletiva.

Nos tempos que vivemos não há espaço para "militante virtual", ilusões e resmungos entre as quatro paredes da seção de trabalho.



NENHUM DIREITO A MENOS! AVANÇAR NAS CONQUISTAS.

VAMOS COBRAR AS PROMESSAS D

Tem sido assim: os interesses dos governantes não coincidem com os interesses dos servidores. Os servidores querem melhores salários, querem Plano de Carreira que permita evolução funcional, querem melhores equipamentos de trabalho e mais gente concursada para melhor atender à população. Já os governos querem economizar

nos salários, querem impor Planos de Carreira para retirar direitos e promover guerra entre os servidores, querem economizar deixando de comprar equipamentos de trabalho e de proteção dos servidores e querem contratar apadrinhados políticos e cabos eleitorais. Os governos trabalham para se manter no poder e fazem isso uti-

ENCONTRO ENTRE PAULO ALEXAND

Com o intuito de registrar todos os compromissos de campanha dos candidatos para com o serviço público, o SINDSERV promoveu nos

últimos dias 19 e 20 de setembro, um encontro com os prefeituráveis e a categoria. Cada um dos candidatos respondeu como trataria, caso eleito,

Abaixo destacamos seus principais posicionamentos e desde nossa total disposição de cobrar a execução de cada palavra empenhada.

SALÁRIO VALORIZAÇÃO

“- O servidor será uma prioridade dentro do nosso governo. Tendo a possibilidade de ser eleito prefeito, vou valorizar o servidor para que ele possa estar motivado e possa exercer um papel importante na execução desses projetos que temos para a cidade.”

“- A nossa pretensão é, sim, dar um aumento real para o servidor público: ou seja, acima da inflação. Não um reajuste, mas um aumento acima da inflação. E mais do que isso, fazer com que a discussão do aumento se dê na Lei Orçamentária para que o aumento possa ser pago para o servidor em fevereiro, ao contrário do que é feito habitualmente por esse governo.”

“- Estamos distantes do limite prudencial que é de 51,3% e temos muito a ser feito. Vamos fazer não só no salário, mas também na valorização do servidor.”

PRIVATIZAÇÃO/TERCEIRIZAÇÃO

“- O serviço público que hoje é desenvolvido pelos servidores será mantido e vamos buscar oferecer melhor condição para o servidor, para que ele possa desenvolver as suas atividades, para que a gente possa melhorar no atendimento, de fato, ao público, em várias áreas.”

“- Especialmente nos serviços que hoje são de competência do município, nós vamos manter o serviço e aprimorar.”

“- É fundamental que a Prefeitura possa participar do custeio de cursos de formação, mestrado e doutorado, para que a gente possa ter um serviço público com cada vez mais excelência.”

“- Nosso compromisso também é de ter um controle e um rigor na fiscalização dos serviços terceirizados (...) Também trabalhar para que alguns equipamentos públicos possam ser revigorados e prestem serviço à altura da necessidade do município.”

NO CAMINHO COM MAIAKOVSKI

Eduardo Alves

***Na primeira noite eles se aproximam
e roubam uma flor
do nosso jardim.
E não dizemos nada.
Na segunda noite, já não se escondem;
pisam as flores,
matam nosso cão,
e não dizemos nada.***

***Até que um dia,
o mais frágil deles
entra sozinho em nossa casa,
rouba-nos a luz, e,
conhecendo nosso medo,
arranca-nos a voz da garganta.
E já não podemos dizer nada.***

DE CAMPANHA DO NOVO PREFEITO

lizando-se de meios antigos de se fazer política: agradando a ganância de setores empresariais, disfarçando com medidas de impacto e muita publicidade que não resolvem os problemas e, ao mesmo tempo, colocando em segundo plano a promoção da igualdade de direitos, tanto para quem precisa do serviço público quanto para

quem trabalha para fazê-lo funcionar.

Com Paulo Alexandre Barbosa, do PSDB, eleito no primeiro turno para ocupar a prefeitura nos próximos quatro anos, será diferente? De nossa parte, faremos o que devemos fazer: pressão para fazer os políticos cumprirem o que prometeram quando buscavam votos.

RE, OS SERVIDORES E O SINDSERV

os assuntos cruciais para os servidores. O representante eleito pelo PSDB também explicou como pensa e como agirá a partir do dia 1º de janeiro.

***já anunciamos
nhada publicamente:***

PLANO DE CARREIRA

“- Plano de Carreira é uma legislação e, como qualquer lei, deve ser cumprida. Vamos não apenas cumprir, mas discutir dentro de uma mesa de negociação permanente, as melhorias que precisam ser feitas.”

“- Vamos ter um diálogo permanente e frequente, não só para que a gente possa cumprir a lei existente, mas para que a gente possa evoluir no sentido de proporcionar melhores condições para o servidor, expectativa de progressão na carreira, estímulo, motivação para que o servidor possa prestar o melhor serviço público.”

CAPEP

“- Nós vamos melhorar as condições (da Capep), acrescentar esse 1% (sobre a folha de pagamento, a título de contribuição do Executivo para a autarquia) para que as pessoas tenham um tratamento de saúde digno. Que tenham facilidade para agendar as consultas, que nós possamos aumentar a rede conveniada.”

- Não temos intenção alguma, está fora de cogitação qualquer tipo de privatização em relação às funções e as responsabilidades da Capep.”

LEI 650

“- Acabar com a Lei 650 hoje, revogar, é inviável, dentro da estrutura da administração atual, porque existe a necessidade da Lei 650 em várias áreas. A

educação, por exemplo, é uma delas. O desafio qual é? Aumentar o concurso público para que a gente possa, aos poucos, não ter a necessidade dessas contratações, nesse volume da Lei 650. (...) Esforço concentrado para concurso público é o nosso objetivo.”

A LUTA É PARA NÃO PERMITIR QUE ISSO VIRE LEI:



É isso que o Acordo Coletivo Especial (ACE) vai garantir às empresas, caso vire lei: a possibilidade de negociar tudo pra baixo: salários, parcelamento e redução de férias, 13º e por aí vai.

O governo Dilma, a maioria absoluta dos deputados e senadores e agora a maior parte das centrais sindicais estão à disposição dos interesses dos patrões, por isso não adianta achar que só passeatas em Brasília vão resolver. É hora de mostrar o que eles tentam esconder e mais do que isso: parar os locais de trabalho, fonte de lucro do patrão.

É ASSIM QUE VAMOS GARANTIR NENHUM DIREITO A MENOS E AVANÇAR EM NOVAS CONQUISTAS.

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) através do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo/SP entregou para o governo Dilma no final de 2011 um projeto de lei denominado Acordo Coletivo com Propósito Específico, mais chamado de Acordo Coletivo Especial (ACE), o conteúdo do projeto? Abrir a porteira para a redução de direitos.

Quem deveria estar com os trabalhadores, agora é porta voz dos interesses dos patrões

O anteprojeto entregue pelo Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo/SP é apoiado não só pela CUT, mas pela maioria das centrais sindicais e o principal objetivo é colocar na lei a experiência realizada no ABC paulista nas duas últimas décadas: a redução de direitos e salários.



APROVADA AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO

Em assembleia realizada no último dia 25, os servidores decidiram aprovar a proposta relativa à avaliação de desempenho para o PCCV.

A minuta do projeto de lei a ser enviada à Câmara foi negociada com o governo após um processo amplo, que começou com reuniões dos representantes por local de trabalho, que formataram o que entendíamos ser a melhor proposta da categoria.

Várias reuniões com os técnicos da Prefeitura e assembleias se sucederam. Em diversos pontos houve avanços. Em outros, o sindicato entende que é necessário evoluir retomando as negociações a partir do ano que vem.

Em razão do atual momento político, de troca de governo, com o poder executivo assumido por um Partido que historicamente retira direitos dos trabalhadores e com a composição de uma Câmara que tem tudo para ser ainda mais conservadora e reacionária, a categoria escolheu aprovar o que foi possível conquistar para não correr o risco de andar para trás em 2013.

A maioria dos presentes na assembleia entendeu

que o texto precisava ser aprovado, devido à falta de tempo hábil para mais uma rodada de negociações, e devido à necessidade do projeto de lei ser analisado e votado pela Câmara ainda este ano.

Veja alguns pontos que foram aprovados:

- A avaliação ocorrerá de 1º de janeiro a 25 de dezembro;
- Levará em conta três etapas: I - Ficha funcional (valendo 60 pontos); II - Autoavaliação (40 pts) e III - avaliação da chefia imediata (40 pts). É importante lembrar que pelo plano elaborado a pedido do Governo pela Fundação Getúlio Vargas, os servidores somente seriam avaliados pela chefia, que poderia dar de 0 a 100 pts;
- Para evoluir o servidor precisa atingir 70 pontos;
- Em relação à ficha funcional, as deduções de pontos estão previstas da seguinte maneira: menos 3 pontos para cada falta não abonada, menos um ponto para cada 10 atrasos, menos 5 pontos a cada repreensão.
- Os critérios para avaliação por parte das chefias deverão seguir os seguintes requisitos: comprome-

timento com o trabalho, dedicação às atribuições do cargo, capacidade de relacionamento interpessoal, qualidade no atendimento ao público, capacidade em propor soluções.

- Não serão avaliados trabalhadores que estiverem afastados por mais de 180 dias, excetuando-se aqueles cedidos a outras autarquias e fundações (como Capep, Fams, Iprev, cartórios e outros), os afastados por acidente de trabalho e os que têm doença grave ou incurável.

- Os servidores serão avaliados pelo período que vai de 1º de janeiro a 25 de dezembro de 2012. E, as avaliações, de fato, ocorrerão nos meses de janeiro e fevereiro de 2013. Os servidores reenquadrados receberão pela nova referência em abril.

Um dos pontos em que a categoria não foi atendida diz respeito à avaliação das chefias. A reivindicação era para que os subordinados avaliassem seus chefes, assim como os chefes avaliam os subordinados. O governo não abriu mão desse ponto e, sendo assim, os chefes serão avaliados pelos seus superiores imediatos.

GOVERNO PREPARA LEI QUE RETIRA DIREITO DOS TRABALHADORES

O Governo Federal poderá a qualquer momento encaminhar ao Congresso, Projeto de Lei que altera a CLT. O projeto é um duro ataque aos trabalhadores brasileiros. Mais uma vez a justificativa daqueles que defendem o Projeto é que a CLT é atrasada e que inibe o crescimento econômico. Na verdade, trata-se de uma proposta que defende os interesses dos empresários. A ideia é garantir o aumento dos lucros dos patrões. Para isso a proposta retira direitos dos trabalhadores.

O espantoso é que o Projeto teve a sua origem dentro do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, o mesmo em que o ex-presidente da república, Lula, começou a sua carreira política e ligado à CUT.

A ideia é criar o tal do Acordo Coletivo Especial (ACE). Esse acordo poderá decidir coisas independente do que determina a legislação trabalhista. Se no acordo, por exemplo, surgir a proposta de fatiar o décimo terceiro salário, as férias, isto será válido. As terceirizações serão ampliadas e sem limites. Os contratos precários, também. Adeus horas extras porque será definitivamente instalado o Banco de Horas. É sempre assim. Os patrões com a chancela dos Governos querem retirar direitos conquistados com muita luta pelos trabalhadores.

NO PRIMEIRO MOMENTO SÃO OS TRABALHADORES CELETISTAS QUE ESTÃO AMEAÇADOS; AMANHÃ SERÁ A VEZ DOS SERVIDORES PÚBLICOS. É SEMPRE ASSIM. DEVAGAR ELES VÃO NOS ROUBANDO. NÓS, TRABALHADORES E SERVIDORES PÚBLICOS, PRECISAMOS NOS UNIR CONTRA ESSE ATAQUE.